

## UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL

Ricardo Cavaliere  
UFF

Não foram muitos os estudiosos das questões historiográficas que se impuseram a tarefa de edificar uma periodização dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil. Considerando que a própria trajetória da produção científica brasileira nesses campos ainda não mereceu obra de maior fôlego, naturalmente ressentimo-nos de uma visão abrangente de todo o percurso já feito, de tal sorte que se possam segmentar com rigor e precisão os momentos de continuidade e descontinuidade que se evidenciam nas novas vertentes do caminho trilhado.

Dentre os especialistas que se dedicaram à periodização dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil, cito Antenor Nascentes, Sílvio Elia e, em proposta recente, Leodegário A. de Azevedo Filho, com o texto *Os estudos filológicos e lingüísticos no Brasil – uma tentativa de periodização*, apresentado, em julho de 2000, no Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusófono. O trabalho de Azevedo Filho destaca-se dos demais por atribuir relevância, ainda que relativa, aos períodos anteriores ao século XIX, em que a produção lingüística brasileira praticamente se reduz aos volumes sobre língua indígenas e alguns textos gramaticais de inspiração lusitana.

A rigor, as tentativas de periodização partem da proposta pioneira de Antenor Nascentes<sup>1</sup> no texto *A filologia portuguesa no Brasil* (NASCENTES, 1939), que traça uma linha evolutiva dos estudos sobre a língua em que figuram o **período embrionário**, que vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1834, data da publicação do compêndio *Gramática da Língua Nacional*, de Pereira Coruja, o **período empírico**, que vai dessa data até a publicação da *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro em 1881, com acentuada tendência histórica, e o terceiro, denominado **gramatical**, que vai de Julio Ribeiro até 1939, ano em que se funda a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

<sup>1</sup> A resenha de Maximino Maciel sobre os estudos filológicos brasileiros, oferecida no posfácio da *Grammatica Descriptiva* (MACIEL, 1922), não pode a rigor ser entendida como uma proposta de periodização.

Já Silvio Elia, no volume *Estudos de Filologia e Lingüística* ofereceu-nos o texto *Os estudos filológicos no Brasil* (ELIA, 1975), em que procura traduzir uma visão crítica do percurso de nossos estudos gramaticais desde a metade do século XIX até os anos 60 do século passado, época em que redigiu o texto. A proposta de periodização de Sílvio Elia promove grande avanço ao tema, sobretudo por emitir opinião sobre trabalhos e autores que lhe foram contemporâneos, não obstante com respeito a esses tenha traçado juízo mais elogioso do que avaliativo.

Elia denomina **período vernaculista** o lapso temporal que “coincide grosso modo com o advento e o triunfo da escola literária denominada Romantismo” (ELIA, 1975, p. 117), evocando como termo *a quo* a data expressiva da Independência do Brasil. Trata-se de período em que a descrição gramatical ainda não se impusera como tarefa basilar do gramático, senão a prelavência de formas tidas como modelares, que expressam um ideal de vernaculidade tido por expressão máxima do bem-dizer. Em seguida, abre-se, na visão de Elia, o **período científico**, composto de duas fases, a primeira de 1880 a 1900, de forte impulso renovador, com acolhimento dos novos métodos de investigação em que despontam as “primeiras investigações da direção filológica” (ELIA, 1975, p.121), a segunda de 1900 a 1960, um grande lapso temporal que finda justamente na década em que nosso grande lingüista trouxe a lume o texto historiográfico a que me refiro.

Certamente, podem-se fazer reparos à periodização de Elia, não obstante nela se revele grande esforço de síntese e coesão. Seu período vernaculista, por exemplo, esquece o que se fez antes da Independência, de tal sorte que algumas obras então produzidas sequer merecem alusão genérica, como se não expressassem um ideário norteador dos estudos vernáculos predominantes na época. Assim, nomes do início do século XIX, ligados ao fazer gramatical no Brasil, como é o caso de Madureira Feijó – este português, mas com uma edição brasileira de sua gramática –, Frei Caneca e Moraes Silva não de levar-se em conta numa proposta de periodização, até porque seus textos não diferiam quanto ao método de outros que saíram a lume após a Independência, a rigor volumes de cunho meramente didático, pautados na concepção da gramática como repositório de normas do bem-dizer.

Ainda sobre a periodização de Sílvio Elia, nota-se nela certa desconsideração da grande vertente do período dito científico, surgida com o contributo de Joaquim Mattoso Câmara Jr. para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil. Dessa forma, os efeitos da presença de Mattoso Câmara no cenário lingüístico brasileiro são verdadeiramente cruciais para os rumos enveredados no século XX, a partir da década dos 40, conforme procurarei comentar adiante. Elia, entretanto, prefere batizar todo o longo percurso da

segunda fase – que vai de 1881 até aproximadamente 1960 – como de “direção filológica”, em evidente descompasso com manifestações relevantes do fazer científico brasileiro no curso deste lapso temporal, absolutamente divergentes de semelhante linha investigatória.

Vale ainda mencionar que o próprio Mattoso Câmara redigiu aquele outro texto sobre o percurso dos estudos filológicos no Brasil, com ênfase em determinadas figuras exponenciais, como Manoel Said Ali e João Ribeiro. Também não cuida o mestre fluminense – não diria por equívoco, senão por preferência – de um relato das idéias, porém dos homens, de cunho severamente pontual, satisfazendo-se em tecer juízo sobre a contribuição dos filólogos mais expressivos, com ordinário tom elogioso, não obstante aqui e ali revele certa interpretação enviesada das tendências doutrinárias. Incorre, por assim dizer, na imagem que nos oferece Foucault sobre a dispersão dos fatos tratados: sua história não é, pedra sobre pedra, a construção de um edifício (FOUCAULT, 2000).

Algumas posições de Mattoso sobre o perfil científico de certos filólogos parecem-me indevidas. Cite-se, por exemplo, sua referência a Mário Barreto, notoriamente ligado à escola filológica do português europeu, em cuja obra afirma haver “uma coerência do presente com as linhas do desenvolvimento histórico da língua, que aquela escola depreendia em termos neogramáticos” (CÂMARA JR., 1972, p.200). Quanto a Sousa da Silveira, filólogo da geração legatária do período científico, afirma ter-se destacado “por um espírito de rigor neogramático, que não se encontra nas obras de seus antecessores” (CÂMARA JR., 1972, p. 204). Não creio, sobretudo quanto à teoria linguística, que se possa atribuir a esses dois nomes real influência neogramática.

Mário Barreto, como bem revela sua obra, tinha uma personalidade científica reta e rigorosa. Seguiu aquela vertente do empirismo exacerbado, em que toda afirmação teórica é exaustivamente corroborada com *corpora* de língua literária. Nada em seus textos, entretanto, revela influência dos neogramáticos, senão o rigor metodológico; já as bases do mentalismo, da sintaxe psicológica, por exemplo, que tanto agradavam ao grupo de Leipzig e a seus seguidores, como é o caso de Hermann Paul, não estão no modelo seguido por Barreto. Há, decerto, uma certa tendência de qualificar como neogramático qualquer modelo de investigação pautado no rigor e no historicismo, o que decididamente não procede. Quanto a Sousa da Silveira, a vertente de sua obra dedicada à descrição gramatical é claramente fundada nos estudos histórico-comparativistas. Percebeu-o, por sinal, o olhar lúcido do próprio Mário Barreto, que não escondia o prazer de encontrar entre nós um filólogo que, como ele próprio, seguia as trilhas abertas pela filologia lusitana: “Felicito-o como a um dos discípulos mais distintos da escola de filologia, digna da mais alta estima,

e que se desenvolve e fortifica cada vez mais, criada por leite de Vasconcelos, Gonçalves Vianna e Carolina Michaëlis” (PEREIRA, 1945).

Por sinal, o verdadeiro legado do paradigma neogramático no Brasil está na obra de Said Ali, sobretudo nos estudos sintáticos publicados nas *Dificuldades da língua portuguesa*, em que nosso mestre desfila uma rica argumentação sobre estruturas com *se* indeterminado e *se* apassivador, com base na tese da “função psicológica de agente indeterminado” em estruturas como *compra-se o palácio* e *morre-se de fome*<sup>2</sup> (ALI, 1966, p.92). Nesse estudo, aliás, Said Ali cita nominalmente as obras de Hermann Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte*, e Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, que tratam da distinção entre termos psicológicos e termos gramaticais.

Considerando que a lingüística e a filologia no Brasil sempre se apoiaram em cânones de paradigmas estrangeiros, não se estaria distanciando da verdade científica se erigíssemos um quadro periódico-historiográfico dos estudos brasileiros com fulcro nessas escolas ou linhas de investigação ao longo do tempo. Seria uma hipótese de denominação em que se reconheceriam os trabalhos produzidos em determinada época em face de suas influências doutrinárias. Semelhante procedimento, certamente, funcionaria bem para os primeiros períodos, do século XXI e metade do século XX, em que lingüística e filologia não tinham faces claramente distintas. A partir de Mattoso Câmara, entretanto, em meados do século XX, as fontes doutrinárias só se renovam claramente na vertente de estudos sobre a linguagem a que se resolveu denominar propriamente Lingüística. Já a Filologia, assim entendida como o estudo da língua no texto, manteve-se fiel aos velhos cânones historicistas, cunhados pela “geração de ouro” da filologia portuguesa formada por Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Vianna, entre outros. Os estudos dialetológicos, que, segundo algumas opiniões, estariam ligados à linha investigatória da Filologia, na verdade seguiam orientações teóricas pontuais, quando não se esteavam na metodologia da Geografia Lingüística herdada ao século XIX.

Voltando ao problema da periodização, julgo ser difícil erigir um modelo pautado nas fontes doutrinárias envolvendo conjuntamente a Filologia e a Lingüística brasileiras a partir da quarta década do século XX. Isso porque, a partir desse momento, as fontes da Lingüística já não são as mesmas da Filologia, fato que se faz observar com a grande aceitação de que goza a Lingüística Estrutural nos estudos de língua vernácula publicados a partir desse momento. Como o modelo proposto pelo estruturalismo, extremamente formal e distanciando da análise do texto, em nada contribuía para o avanço da Filologia, esta

<sup>2</sup> Os exemplos são do próprio Said Ali.

manteve-se fiel ao historicismo herdado do século XIX, enquanto via a Lingüística enveredar por novas e cativantes sendas ao longo de todo o século XX.

Disto resultou, como se sabe, certa discriminação da Filologia, excluída aos poucos das discussões científicas e ausente das novas teses acadêmicas durante vários anos. Há hoje certa retomada do percurso aberto pela Filologia, sobretudo no concerner ao papel da palavra na concepção do texto, como se observa em certa vertente da Análise do Discurso voltada para a análise lexical (MAINGUENEAU, 1987). Fato, entretanto, é que, no Brasil, a Filologia estagnou durante décadas, muito em face do “modismo” da Lingüística Estrutural, muito também em face do “envelhecimento” de suas fontes doutrinárias. Os cursos oficiais de Lingüística na Universidade brasileira, que já buscavam, desde as origens, clara inspiração no Estruturalismo – haja vista os conteúdos do curso pioneiro de Mattoso Câmara na Universidade do Distrito Federal em 1938<sup>3</sup> – firmaram-se, ao longo do final da década dos 60 até boa parte da década dos 80, como divulgadores eficientes desta escola, com predominância avassaladora da pesquisa sincrônica com *corpora* em língua oral.

Uma solução alternativa, a de distinguir o percurso dos estudos lingüísticos do trilhado pelos estudos filológicos, não nos parece útil do ponto de vista historiográfico, porque quebra a necessária unicidade que semelhante procedimento requer. Além disso, ficaria a filologia “marginalizada” a partir de certo momento, já que, como se observou nos parágrafos precedentes, sua produção na área da pesquisa universitária brasileira sofre intensos revezes, sobretudo nos anos 70, cujos motivos, além dos já citados, vão do desprestígio da língua literária, a rigor, da norma escrita em geral como objeto de investigação, a certa – e indevida, diga de passagem – “vinculação necessária” entre a Filologia e a gramática normativa, que caíra em desgraça durante largo período no meio universitário.

Outra questão, atinente à produção acadêmica, dificulta a construção de um quadro de periodização dos estudos sobre a língua no Brasil. Refiro-me à concepção dos textos escritos ao longo de todo o nosso percurso historiográfico. A leitura dos textos do século XIX e boa parte do século XX, por exemplo, revela grande predominância dos compêndios gramaticais, seguidos dos estudos especializados – majoritariamente volumes sobre sintaxe, morfologia, fonologia e ortografia – e das teses acadêmicas, sobretudo as elaboradas para concursos

<sup>3</sup> Interessante notar que, com a extinção da UDF e posterior criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o curso de Lingüística Geral de Mattoso Câmara foi interrompido por vários anos, reiniciando em 1948, com uma turma de apenas três alunos: Rosalvo do Valle, Solange Pereira de Vasconcellos e Maximiano de Carvalho e Silva.

públicos. Hoje, entretanto, o perfil das obras publicadas sobre linguagem não é o mesmo. Proliferam em grande maioria os estudos pontuais, em que se exploram temas de grande especificidade, seguidos das teses acadêmicas, ordinariamente adaptadas para uma versão editorial. Já as obras extensas, que procuram dar tratamento abrangente sobre a gramática do português, figuram em flagrante minoria.

A rigor, a partir dos anos 70, com a maior disseminação de programas de capacitação docente em nível estatal, cujas verbas são destinadas a cursos de pós-graduação, publicação de periódicos e organização de eventos, os textos científicos passaram a ter menor extensão e maior especificidade, um tipo de trabalho ordinariamente divulgado em dado encontro científico e depois publicado na forma de um artigo. Ou mesmo ensaios curtos, publicados em periódicos, em capítulos de obras coletivas, estas últimas à feição dos volumes temáticos que tanto se popularizaram e até hoje gozam de especial aceitação. O fato se deve, possivelmente, a uma nova ordem editorial, combatida por crise econômica crônica, aparentemente infundável, em que se busca repartir o espaço – e também as verbas – de publicação, de tal sorte que se possa dar conta de grande e difusa produção científica.

Esse fato, talvez, tenha inibido o surgimento de um volume, de um dado livro que se considere um marco historiográfico, tendo em vista os efeitos de ruptura e reconstrução da ordem acadêmica dele decorrente, como por exemplo ocorre com a *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro, no século XIX, e os *Princípios de lingüística geral*, de Mattoso Câmara, na primeira metade do século XX. Semelhante hipótese não se pode acatar sem ressalvas, já que outros fatores certamente contribuem para que um dado texto emblemático surja no cenário científico. Fato é que, com o dinamismo da difusão do saber, com o compartilhamento de experiências empíricas dentro da universidade moderna, em que o objeto se desnuda a vários olhares nos grupos de trabalho, as novas conquistas deixam de surpreender, porque já não se restringem ao esforço pontual de poucos pesquisadores.

Em síntese, já não vivemos a época de um Júlio Ribeiro, que lutava por uma descrição gramatical pautada na forma e na função da palavra, em oposição ao generalizado pendor para uma descrição pautada no racionalismo de Port-Royal, ou a época de um Manoel Said Ali, que lia os neogramáticos, enquanto os demais ocupavam-se do historicismo comparativista de Bopp, Grimm, Darmesteter ou dos vernaculistas europeus. Já não há um Mattoso Câmara que se abeberava na fonte estruturalista de Saussure, Bloomfield e Jakobson, enquanto a maioria mantinha-se fiel a Diez, Meyer-Lubke, Gonçalves Vianna e Leite de Vasconcelos. Com efeito, caso o atual trânsito do saber científico, em que as trocas e contribuições mútuas são intensas e profícuas, já



caracterizasse os anos em que viveram esses grandes nomes de nossa História lingüística, decerto não nos teriam eles surpreendido como fizeram.

O problema, pois, no que tange à construção de um quadro periódico dos estudos sobre a linguagem no Brasil, desdobra-se em várias faces, que inibem a aplicação de um critério homogêneo. Se se considera a publicação de obras expressivas, por exemplo, como marco de uma nova vertente, de novos rumos, haveremos de encontrá-las em dado período mas não em outros. Se se leva em conta a ocorrência de fatos relevantes para a difusão e desenvolvimento desses estudos, como é o caso da inclusão da disciplina Lingüística Geral nos cursos de Letras da antiga Universidade do Distrito Federal, também não os teremos em todo momento de transição. A hipótese mais acatável de organizar um quadro vinculado às tendências teóricas, às escolas lingüísticas ou às fontes doutrinárias, certamente enfrentaria óbices severos em dada época, como a dos anos 40 e 50, em que a tradição filológica coexistiu com a modernidade da Lingüística Estrutural.

Julgo possível uma tentativa de periodização heterogênea, com fulcro em dois fatores: as fontes teóricas, que dão feição a novas ordens no desenvolvimento e difusão dos estudos lingüísticos, e as obras representativas desses momentos de ruptura. As fontes teóricas conferem unicidade e identidade ao período, ao passo que as publicações atuam como marcos históricos de sua vigência. Quanto à denominação dos períodos, creio que se possam usar termos que façam referência genérica ao momento em foco, como uma espécie de palavra-síntese de seu perfil, o que, sem dúvida, também vai muito ao gosto pessoal.

### **O período embrionário: das origens até 1802**

Cabem, agora, duas palavras sobre fato não menos complexo. Se admitirmos que o trabalho de periodização só pode encetar-se pela análise dos textos sobre a linguagem, cumpre liminarmente definir o objeto: que é um texto lingüístico brasileiro? A indagação procede na medida em que uma dada obra, que desfruta de grande valor historiográfico para alguns, pode não ser considerada idônea por muitos pesquisadores, dentre outros motivos, por não ser aceita como genuína expressão de nossa produção científica. Há, em princípio, dois caminhos para deslindar essa questão: o primeiro, serve-se de um critério *ratione loci*, ou seja, decorrente da publicação do texto dentro das fronteiras nacionais, independentemente de sua autoria. Neste caso, textos aqui publicados por cientistas estrangeiros também haveriam de considerar-se nacionais. O outro caminho pauta-se em critério *ratione auctoris*, com atribuição de *status* nacional somente a textos que tenham sido escritos por lingüistas ou filólogos brasileiros.

Uma questão subliminar, entretanto, confere maior complexidade à bifurcação inicial, já que aqui a escolha certamente definirá o que é *texto brasileiro*, mas não o que é *texto lingüístico*. Na busca dessa última definição, vislumbram-se algumas opções: texto lingüístico é o que trata apenas de Lingüística Geral, ou o que também trata especificamente de língua vernácula? Hão de considerar-se também os textos sobre línguas vernáculas estrangeiras publicados no Brasil? Decerto que a discussão desse tema requer mais espaço – e significativo esforço –, razão por que adoto aqui uma solução *ad hoc*, que diz respeito unicamente à proposta de periodização encerrada neste estudo, qual seja a de considerar texto lingüístico brasileiro o que trata de questões sobre Lingüística Geral, Filologia, língua vernácula nacional ou língua não-oficial falada em território nacional.

No que tange à questão da nacionalidade, julgo mais conveniente resolvê-la de acordo com o critério *ratione loci*, razão por que estabeleço o marco inicial de um primeiro período historiográfico na publicação da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (ANCHIETA, 1990), cuja primeira edição data de 1595<sup>4</sup>. A *Gramática* de Anchieta, por sinal, foi escrita cerca de quarenta anos antes de sua *editio princeps*, fato que lhe confere maior caráter precursor. Se o critério *ratione auctoris* fosse o agasalhado, então haveria de situar-se o termo *a quo* dos estudos lingüísticos no Brasil bem mais tarde, pois não era Anchieta brasileiro, como sequer eram os demais missionários jesuítas ou leigos que trataram de questões lingüísticas no Brasil dos séculos XV e XVI. O critério evidencia-se, decerto, como inaceitável quando lembramos que inúmeros filólogos e lingüistas que participaram e ainda participam da formação do pensamento lingüístico no Brasil, como é o caso de Charles Grivet, do Padre Augusto Magne e, bem mais recentemente, Antony Naro, nele não se enquadrariam.

Julgo, pois, conveniente denominar **período embrionário**, termo que peço emprestado a Antenor Nascentes (NASCENTES, 1939) – embora nosso filólogo o tenha usado para caracterizar lapso cronológico diferente –, esse grande segmento que vai de 1595, ano em que é publicada a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, a 1802, quando surge entre nós o *Epítome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva. Trata-se, a rigor, de um período pré-histórico, na medida em que os estudos filológicos em toda sua extensão são esparsos e sem qualquer valor significativo como expressão do pensamento lingüístico no Brasil. Entretanto, há de considerá-lo ao menos no que tange à formação intelectual dos que,

---

<sup>4</sup> Sabe-se que entre a primeira versão, manuscrita, e a tradição impressa, a obra de Anchieta sofreu inúmeras modificações de conteúdo lingüístico.



efetivamente, a partir do século XIX, viriam construir as bases de nossa verdadeira identidade nos estudos sobre a linguagem. Diga-se ainda que a pesquisa pouco se tem aventurado na busca a textos gramaticais do período embrionário, veio que talvez se venha a enriquecer com a pesquisa aos imensos arquivos públicos e privados, repletos de documentos dos séculos XVII e XVIII, os quais se mantêm até hoje à espera de mãos investigadoras.

### O período racionalista: de 1802 a 1881

A publicação do *Epitome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva pode situar uma nova vertente dos estudos gramaticais no Brasil com fulcro na tradição dos compêndios didáticos lusitanos, que, até então, seguiam as bases da gramática latina aplicadas ao vernáculo. Sem dúvida, trata-se de um momento coeso em nossa produção gramatical por seguir uma linha de estudos uniforme, com objeto bem definido: o ensino da norma literária na escola de nível elementar. Vislumbram-se, entretanto, nesse período as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre os fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente, sobretudo após a data expressiva da Independência.

Com notável presença do chamado “grupo maranhense”, formado, dentre outros, por Antonio Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Francisco Sotero Reis, a par de conhecidos vernaculistas, como Charles Grivet, autor da *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, publicada em 1865, o período racionalista deixou marcas profundas no ensino do português do século XIX, constituindo, sem dúvida, o primeiro modelo de produção gramatical que perdurou por mais de uma geração de estudiosos da língua vernácula. A principal crítica que se lhe impõe, decerto, reside na pouca ou mesmo nenhuma importância que então se dedicava ao estudo do português brasileiro, de tal sorte que nossas gramáticas mais se resumiam a copiar regras e dispositivos dos compêndios congêneres lusitanos.

Neste momento dos estudos sobre a língua no Brasil desponta em qualidade a obra de Francisco Sotero dos Reis. Em sua *Grammatica Portugueza*, cuja terceira edição – a mais recomendada – é de 1877, Sotero avança em considerações importantes sobre a natureza da linguagem humana, demonstrando conhecer os limites entre a ciência lingüística, que despontava nos grandes centros europeus, e a arte gramatical. À primeira denominava **Grammatica Geral**, “sciencia dos princípios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as linguas” e à segunda **Grammatica Particular**, ou seja, a arte de “applicar os principios immutaveis e geraes da palavra ás instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua” (REIS, 1871, p.V).

No que tange à estrutura, a obra de Sotero segue o paradigma dos compêndios vernáculos europeus que dividiam a matéria gramatical em **etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia**. Neste modelo, a sintaxe recebia tratamento igualitário ao da ortografia, por exemplo, fruto da obsessão purista que acabava por empanar a fundamentação teórica e a própria descrição do fato gramatical. A obra de Sotero – como, por sinal, a de todos os autores de maior relevância do período – também revela, em face das fontes diretas, sensível influência da descrição lingüística herdada à *Grammaire de Port Royal*, inclusive no que tange à sinopse gramatical, à teoria sintática calcada no tripé sujeito–verbo–atributo e na conhecida hipótese dos verbos substantivos e verbos adjetivos.

### O período científico: de 1881 a 1941

Os ecos dos estudos histórico-comparativistas europeus, iniciados nos primeiros anos do XIX, chegaram-nos com considerável atraso, certamente em face da forte tendência de estudo vernáculo com conotação meramente normativa, predominante no período racionalista. O contributo da nova Ciência Lingüística, dedicada à construção da História da língua, como fenômeno universal, e mergulhada no estudo exaustivo das línguas clássicas, não conseguiu ambiente propício para florescer em terras brasileiras senão a partir da segunda metade do século. Contribuíram para uma mudança de atitude as então recentes teses sobre o evolucionismo lingüístico, em que despontam os textos de Schleicher, que buscavam trazer para a investigação acerca da natureza da línguas os princípios darwinistas sobre a evolução dos seres vivos, a par da metodologia inovadora, proposta por nomes como Schlegel, Whitney e Max Müller. Surge, enfim, um novo olhar sobre a gramática, em que o objeto, o fato gramatical, deixa de ser contemplado para ser analisado.

O primeiro texto sistêmico em que imperam as novas tendências é sem dúvida a *Grammatica Portuguesa*, de Julio Ribeiro, cuja primeira edição é de 1881. Nos dois decênios finais dos novecentos, explode uma riquíssima produção lingüística, entre teses de concursos, gramáticas históricas e gramáticas descritivas, quase todas destinadas ao estudo anatômico da palavra. Citem-se, por constituírem exemplo emblemático, as teses *Archaismos e Neologismos* e *Themes e Raizes*, oferecidas pelo filólogo Fausto Barreto às bancas de seus dois concursos à cátedra do Colégio Pedro II. Barreto, um estudioso da História Natural, convenceu-se de que era possível aplicar na língua os mesmos métodos de investigação utilizados na Biologia, com ênfase marcante nos estudos etimológicos.

Este primeiro momento do período científico, que bem se pode denominar **fase fundadora**, estende-se até o primeiro decênio do século XX, com ampla

produção de compêndios de língua vernácula em que muitas páginas se dedicavam aos estudos etimológicos, não obstante se ocupassem primordialmente da descrição do português contemporâneo. São dessa fase nomes como Maximino Maciel, Manuel Pacheco da Silva Júnior, Lameira de Andrade, Alfredo Gomes, Heráclito Graça, Eduardo Carlos Pereira, entre outros, a par de dois grandes linguistas que, beneficiados pelo extremado saber científico e pela vida longa, seguiram curso mais prolongado e profícuo em sua caminhada acadêmica: João Ribeiro e Manoel Said Ali. Cumpre, também, observar que certos nomes, como o de Ernesto Carneiro Ribeiro, percorreram trilhas anteriores ao cientificismo reinante no final do século XIX, com perfil inicialmente racionalista, para finalmente, acatar sem reservas as novas teses da Ciência Lingüística.

Uma nova feição, de caráter mais filológico, estaria por iniciar-se na geração seguinte, sobretudo no que tange às fontes doutrinárias e ao objeto imediato de pesquisa. Enquanto a corrente de Julio Ribeiro pautou-se numa doutrina em que os fundamentos gerais da história da língua aliam-se à uma descrição minuciosa da palavra como objeto de análise em todas as partes da gramática – fonologia, morfologia, sintaxe e, em alguns textos, semântica –, uma nova vertente busca inspiração na Filologia de Diez e Meyer-Lübke, agasalhada sem ressalvas e bastante enriquecida no estudo do português em face dos trabalhos da “geração de ouro” lusitana, já aqui mencionada, de que faziam parte Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Gonçalves Vianna, José Joaquim Nunes e Júlio Moreira.

Com essa novel abordagem do fato gramatical, que dá início a uma **fase legatária** dos primeiros esforços empreendidos pelo período científico, o pesquisador ou filólogo ocupa-se essencialmente com o fato em língua vernácula, pautado em minuciosa pesquisa etimológica e no comparativismo típico da romanística européia, no intuito de privilegiar as formas gramaticais mais fidedignas em face da tradição vernácula e da origem clássica. Um traço particular dessa fase, ademais, diz respeito ao uso de *corpus* eminentemente literário, em que dominam os clássicos portugueses, para abonar teses sobre construções vernáculas contraditórias. Não se abandona, decerto, o rigor científico e o espírito positivista que esteve na formação do período científico; percebe-se, isto sim, uma mudança de interesse na pesquisa, de tal sorte que questões mais abrangentes, como, por exemplo, a construção do paradigma verbal ou o problema das partes do discurso, cedem espaço para aspectos idiossincráticos do português, tais como as construções com *se*, as regências e os casos mais raros de concordância verbal. Busca, enfim, uma descrição minuciosa das construções portuguesas, de tal sorte que se distingam as dignas de uso em norma elevada, por serem as mais abonadas pelo texto literário.

Essa constatação não diminui o valor científico dos trabalhos então produzidos, já que, nesta arqueologia do ideal vernáculo, constroem-se estudos magníficos sobre o funcionamento da gramática do português, com especial enfoque na sintaxe e na morfologia. Integram a fase legatária do período científico, que vai até o final dos anos 30, nomes de escol como Otoniel Mota, Silva Ramos, Mário Barreto, Sílvio de Almeida, estes num primeiro momento, além de Sousa da Silveira, Augusto Magne, Antenor Nascentes, José Oiticica, Clóvis Monteiro e Cândido Jucá (Filho). Cumpre, ainda, notar, como já assinado anteriormente, que a intensa produção intelectual que caracteriza a obra de João Ribeiro e Said Ali – membros da fase fundadora falecidos em 1934 e 1953, respectivamente – conferiu a ambos participação ativa também nesta fase legatária, havendo-se destacado Said Ali pelo vanguardismo na macrovisão da sinopse gramatical em sua *Gramática secundária*, cuja primeira edição remonta ao início dos anos 20 (ALI, 1966) e nos estudos semânticos em língua oral publicados nos *Meios de expressão e alteração semântica*, vindos a lume no início dos anos 30 (ALI, 1971).

### **O período lingüístico: de 1941 aos nossos dias**

O ato de política educacional que maior repercussão provocou nos rumos dos estudos lingüísticos no Brasil certamente está na organização do curso de Letras da Universidade do Distrito Federal, no final dos anos 30, em cujo *currículum* básico decidiu-se incluir a disciplina Lingüística Geral. Percebe-se haver na época noção inequívoca de que a Lingüística merecia estudo teórico específico, emergindo como disciplina em nível superior e evidenciando-se como objeto da pesquisa universitária. Com efeito, em todo o percurso até então traçado nos estudos lingüísticos, o objeto imediato da descrição era a língua vernácula, mesmo nos primeiros momentos do período científico, não obstante nessa época as teses sobre Lingüística Geral se evidenciassem em considerável ênfase.

Não se pode negar, entretanto, que jamais anteriormente se dedicara atenção específica à teoria lingüística, assim entendida como objeto desvinculado da análise do fato gramatical em português, ou mesmo da área mais abrangente da romanística. A inclusão da disciplina Lingüística Geral no *currículum* da UDF, pois, viria desviar as atenções acadêmicas para as teses universais sobre a língua, para o estudo e reflexão sobre os paradigmas teóricos, sem necessária referência ao português, que continuava, obviamente, a merecer estudo particular em outras disciplinas da grade curricular.

A primeira turma de Lingüística Geral no Brasil foi regida por José Oiticica (SILVA, 1984), mas, por motivos não muito esclarecidos, o autor da *Teoria da correlação* não conseguiu cumprir os objetivos esperados. Após uma

profunda reforma de conteúdos nos cursos da UDF, convocou-se o professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior para dar seguimento ao curso no ano de 1938, de cujas aulas saíram os textos que viriam, por iniciativa de Sousa da Silveira (SILVA, 1984), a ser publicados na *Revista de Cultura* em 1939 e 1940. No ano seguinte, o trabalho saiu em volume único sob o título *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. A Lingüística, enfim, passara de matéria adjetiva a matéria substantiva no Brasil.

A ordinária referência que se faz a Mattoso Câmara como introdutor da Lingüística no Brasil, a meu juízo, merece certo reparo. Sabemos que foi ele o executor de um programa destinado a divulgar nos meios acadêmicos os estudos de Lingüística Geral. Sabemos também que a ele se deve o ingresso do paradigma estruturalista entre nós, com fulcro nas teses já mundialmente acolhidas acerca dos elementos estruturais do sistema lingüístico, com ênfase nas formas mínimas significativas. Mattoso, por sinal, cuidava de diferenciar em seus estudos a nova ordem, para ele uma “nova disciplina interessada justamente nesta função lididamente lingüística”, que teria surgido “a bem dizer simultâneamente, na Europa e nos Estados Unidos da América. Lá, sob inspiração das doutrinas de Saussure em lingüística, com as pesquisas e as elucubrações dos lingüistas russos e tcheques reunidos no famoso Círculo Lingüístico de Praga, a partir de 1925. Na América teve uma primeira concretização com Edward Sapir, também na década de 20, e em seguida se consolidou e em parte reformulou com o ensinamento de Leonard Bloomfield, desde 1933, e os trabalhos de uma numerosa escola de discípulos diretos e indiretos” (CÂMARA, 1973, p.15).

Enfim, a Mattoso devemos a implantação da Lingüística Geral no cenário acadêmico brasileiro, em suas bases estruturalistas<sup>5</sup>. Dizer que a ele devemos a introdução da Lingüística no Brasil é fazer supor, *contrario sensu*, que seus antecessores sequer se envolveram com a Lingüística como ciência, o que decididamente é inverídico. A antiga ordem, que se abeberava nas lições de Bopp, Whitney, Scheicher, Bréal, Max Müller e outros, para referirmo-nos à fase fundadora do período científico, bem como nas teses de Meyer-Lübke, Diez, Adolfo Coelho e dos neogramáticos em geral, para mencionarmos os que compuseram a fase legatária do mesmo período, não pode ser qualificada como meramente “filológica” ou “normativa”. Utilizava, decerto, um aparato teórico que envelheceu rapidamente, inerte ante a avassaladora febre estruturalista dos anos 20, que até hoje produz estudos de excelente nível. Fato

<sup>5</sup> Mattoso usava o termo “lingüística descritiva”, em oposição a “lingüística histórica”, para caracterizar o paradigma que surgiu no século XX com Saussure, L. Hjelmslev, Anton Marty, J. Firth, Bloomfield, entre outros (CÂMARA, 1973)

é que o que se produziu no Brasil em matéria de linguagem antes de Mattoso no Brasil também tinha amparo conceptual na Lingüística.

Considerando, entretanto, que o cisma teórico-metodológico que se estabeleceu no cenário brasileiro após a publicação do *Princípios de Lingüística Geral* trouxe, entre outras, novidades, a consolidação da Lingüística como ciência autônoma dentro da Universidade, com decorrente produção científica desatrelada do dogmatismo vernaculista e alheia a qualquer compromisso didático, creio ser cabível denominar esta fase como **período lingüístico**, estabelecendo seu marco inicial no ano de 1941, em que vem a público os *Princípios de lingüística geral*<sup>6</sup>, a mais importante obra teórica sobre linguagem escrita no Brasil em todo século XX. Neste período, que se prolonga até nossos dias, abre-se de plano uma fase estruturalista, pelos exatos motivos que venho alinhavando, na qual, além da óbvia presença de Mattoso Câmara, pode-se incluir o nome de Sílvio Edmundo Elia.

A Sílvio Elia, decerto, não se pode atribuir uma “postura” estruturalista, já que sua riquíssima obra percorre sem dificuldades outros paradigmas da descrição lingüística no século XX, aí incluindo-se a Filologia Românica e a Sociolingüística. Sua contemporaneidade ao trabalho desenvolvido por Mattoso, a par de sua feição receptiva aos estudos de Lingüística Geral, conferem ao saudoso mestre, um dos fundadores dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, perfil absolutamente compatível com a nova ordem de estudos sobre a linguagem no Brasil. Prova o espírito vanguardista de Sílvio Elia a explicação que o mestre carioca oferece (RANAURO, 1997, p. 79) para a conhecida polêmica travada com José Oiticica. O problema girou em torno do termo **fonologia**, presente no volume *Compêndio de língua e literatura*, publicado no ano de 1951 em co-autoria com a Prof.<sup>a</sup> Jeannete Budin. No referido livro, Elia abre uma nota de rodapé para comentar o sentido que **fonologia** tinha numa nova vertente de descrição proposta por Nicolas Trubetzkoy em seu *Grundzüge der Phonologie* (publicado em 1939). O fato irritou profundamente Oiticica, que já usara o termo **fonologia** em seu conhecido *Manual de análise (léxica e sintática)* (OITICICA, 1953), e, portanto, se sentira “roubado”. A verdade é que, como bem assinala Elia, o sentido que tem o termo fonologia na obra de Oiticica em nada se aproximava dos conceitos disseminados pela Escola de Praga<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Esta obra decisiva de Mattoso Câmara recentemente mereceu detido estudo da Prof.<sup>a</sup> Nilda Cabral, com vistas ao estabelecimento do texto definitivo.

<sup>7</sup> O primeiro estudo que aplica a fonologia da Escola de Praga entre nós é a tese de doutoramento de Mattoso Câmara Jr. intitulada *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, publicada em 1953. Bem antes, porém, as teses de Trubetzkoy já tinham sido objeto de comentário em resenha de Serafim da Silva Neto no n.º 10 da *Revista Filológica*, saído a lume em 1941 (RANAURO, 1997:79).



Não obstante, resta inequívoco que a geração filológica que florescera nas décadas dos anos 20 e 30, alheia ao percurso alternativo que o cisma de 1941 abriu, tenha formado novo e excelente grupo de pesquisadores, fiéis às bases da Filologia Românica, porém receptivos a novas influências, ainda que de modo superficial. Estes “novos filólogos” mantiveram certos princípios herdados ao período científico, com a produção de gramáticas para o ensino fundamental, a centralização dos estudos em língua vernácula e a importância do estabelecimento de uma norma padrão, calcada em *corpus* literário (agora, clássicos portugueses e brasileiros). Não rejeitaram a Linguística Geral, mas escudaram-se de absorvê-la sem reservas em seus trabalhos, razão por que logo se lhes conferiu um papel de “oposição” aos que se dedicavam exclusivamente aos estudos estruturalistas. Nesta primeira fase do período lingüístico, cria-se uma atmosfera densa e hostil, que encobre uma “guerra” de interesses e prestígio entre Filologia e Linguística no Brasil.

Os membros do “grupo filológico” mantiveram o domínio do pensamento gramatical no ensino elementar, como era de supor, até meados dos anos sessenta. Dele participaram, dentre outros, grandes nomes da descrição gramatical, que hoje são freqüente e indevidamente citados como membros da “tradição gramatical brasileira”<sup>8</sup>:

Ismael Coutinho, Ernesto Faria Júnior, Cândido Jucá (Filho) – este último pertencente a um período de transição entre a fase legatária do período científico e o período lingüístico –, a par de figuras exponenciais como Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo, Jesus Belo Galvão, Carlos Henrique da Rocha Lima, Renato Mendonça, Theodoro Maurer, Isaac Nicolau Salum, Mário Pereira de Sousa Lima, Silveira Bueno, Albino de Bem Veiga e tantos outros que a memória não me permite agora citar. Num momento posterior, essa corrente viu nascer o trabalho emérito de Evanildo Bechara, Leodegário de Azevedo filho, Ângela Vaz Leão, Walmírio Macedo, além de outros que bem se inscrevem nesse perfil de investigação filológico<sup>9</sup>.

Diga-se, ainda, que, embora tenha erguido pilares que o tornaram senão absoluto, certamente predominante no ensino e na pesquisa dos fatos lingüísticos até o final da década dos 70, o estruturalismo logo se viu acompanhado de outras correntes da Linguística contemporânea na conquista de novos adeptos dentro do ambiente universitário. A onda de estudos sobre a oralidade, inclusive com a criação de grandes projetos de pesquisa em nível nacional – cite-se o

<sup>8</sup> São, na verdade, membros do período lingüístico que herdaram as bases da tradição gramatical iniciada no período científico.

<sup>9</sup> A mais recente edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (BECHARA, 1999) revela novos rumos da descrição gramatical agasalhados pelo eminente lingüista, com fulcro na teoria de Eugênio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr.

Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil, depois conhecido como Projeto *Nurc* – deu oportunidade ao trabalho respaldado na Sociolingüística variacionista, com suas propostas de investigação baseada em questionários e levantamento de dados. Focaliza-se a pesquisa no melhor entendimento de uma norma urbana culta, por ser ela a expressão mais evidente da língua em termos nacionais. Nas palavras de Juan Lope Branch, lingüista mexicano que coordenou o *Proyecto de Estudio del habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamerica*, um projeto mais abrangente do que o *Nurc* brasileiro, “no hay duda de que, de todas las realizaciones del habla existentes en una nación, la urbana normal – o standard – es la más importante y digna de estudio, puesto que suele ser el foco de irradiación lingüística desde el cual se extienden los hechos de la lengua al resto del país”. (BEM VEIGA, 1971:99).

Os estudos sincrônicos dominam a Universidade, acolhendo a simpatia de grades pesquisadores, dentre os quais se podem citar alguns dos envolvidos com o Projeto *Nurc* no Brasil dos anos 70: Néelson Rossi, Celso Cunha, Isaac Nicolau Salum, Ataliba de Castilho, Cidmar Teodoro Pais, Enzo del Carratore. Cria-se, ademais, com a divulgação intensa dos novos rumos de pesquisa certa confusão – sem que, para tanto, tenha contribuído o trabalho correto dos pesquisadores envolvidos – sobre o conceito de norma urbana culta, obviamente restrito à manifestação oral da linguagem, mas que, para muitos professores menos cuidadosos, se estendia ao padrão escrito. Com isso, o ensino do português na escola fundamental e média luta por modernizar-se, atualizando as matrizes normativas às novas conquistas da pesquisa lingüística, sem contudo deixar sempre claro que certas variáveis normativas ditas “cabíveis” em língua oral não se podiam aplicar sem restrição à língua escrita.

Ainda nessa fase inicial do período lingüístico, que melhor julgo denominar **estruturalista** – pela predominância marcante do modelo na produção acadêmica brasileira até finais dos anos 70 – há de observar-se a crescente criação de linhas de pesquisa com inspiração em novos modelos da Lingüística norte-americana, notadamente a Gramática Gerativa, que em face do severo formalismo e, numa certa medida, do percurso pontificado por grandes lapsos de ruptura teórica, não alcançou a mesma disseminação que a escola estruturalista usufruiu nos meios acadêmicos. Algumas tentativas de descrição do português com inspiração nos modelos iniciais da Gramática Gerativa encontram-se nos volumes *Análise sintática*, de Miriam Lemle, *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*, de Mário Perini e *Sintaxe gerativa do português*, de Lúcia Lobato, sem contar com inúmeros artigos em periódicos e obras coletivas. O aparato teórico dessa vertente de investigação no Brasil, naturalmente, busca inspiração predominantemente na obra de

gerativistas norte-americanos, como Noam Chomsky, George Lakoff, Ray Jackendoff e Paul Postal.

Como alternativa ao veio gerativista e à onda avassaladora do estruturalismo, eixos demasiadamente formais, em cujo entorno desenvolveram-se as teses universitárias dos anos 70 e de boa parte dos anos 80, surge, em meados dessa década, uma pujante vertente que retoma a análise lingüística do texto e a investigação da língua em uso pelo falante. Essa nova rota, na realidade, inaugura uma nova fase do período lingüístico, a que se pode denominar **fase diversificada**, em que o foco da atenção sai das entranhas da gramática, para expandir-se no ambiente sem fronteiras dos usos lingüísticos. Cria-se, pois, um cenário em que cooperam modelos teóricos díspares, não obstante tangentes, como o da Sociolingüística laboviana, do Funcionalismo inspirado no trabalho de T. Givón, na Pragmática de Stephen Levinson, a par do campo imenso aberto pela Análise do Discurso (em seus conhecidos ramos: o francês e o anglo-saxão)<sup>10</sup>, com significativa presença da semântica argumentativa inspirada no trabalho de Oswald Ducrot e Patrick Charaudeau, entre outros. Já a antiga ordem filológica, que se vira obliterada pelo culto ao formalismo ortodoxo do Estruturalismo, volta a respirar com maior vigor, renovada em modelos de investigação da língua no texto, a par da retomada dos estudos diacrônicos, agora em novas bases calcadas em *corpora* não-literários, sobretudo em fontes documentais que auxiliam na reconstrução da trajetória do português no Brasil. Contribuí, por seu turno, para essa diversificação uma nova ordem científica, em que a iniciativa pessoal cede espaço para grupos de trabalho organizados em nível nacional, invariavelmente vinculados aos programas de pós-graduação das universidades estatais.

Ao tratar dessa **fase diversificada**, acometem-me as dificuldades próprias de quem visa fazer a história de seu tempo, o que, do ponto de vista epistemológico, haver-se-á mesmo de considerar impossível. Surgem problemas que o olhar recente não resolve, como o de verificar que experiências em articulação constituem efetivo domínio de saber, distinguindo-se de meras recorrências de experiências passadas. Algumas premissas inarredáveis da *praxis* historiográfica, como é o caso do *princípio da contextualização* (KOERNER, 1995), resultam inaplicáveis, já que a proximidade do fatos inibe a exata – para não dizer isenta ou imparcial – avaliação do momento político-científico-cultural em que surgem e se disseminam as idéias.

<sup>10</sup> Não discuto aqui, embora seja pertinente, a questão polêmica sobre as relações entre a Análise do Discurso e a Lingüística. No Brasil, inegavelmente, a Análise do Discurso vem crescendo em grupos de pesquisadores sem formação específica na Lingüística.

Quando, por exemplo, dirigimos o olhar para a segunda metade do século XIX no Brasil, enxergamos sua *episteme*, que emerge do discurso formulado no âmbito das ciências em geral, com identidades claras de princípios, um conjunto de relações que está em todo o discurso científico dessa época. O olhar sobre o passado pode observar essa “fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporá a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estagio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima” (FOUCAULT, 2000, p.217). O olhar sobre a contemporaneidade, infelizmente, segmenta-se em recortes que deixam o todo invisível.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, Manuel Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 7 ed., São Paulo, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 3. ed., Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Ed. fac-similar. São Paulo, Edições Loyola, 1990.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. Os estudos filológicos e lingüísticos no Brasil – uma tentativa de periodização. *Anais do Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusófono*. Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, 2002.
- BEM VEIGA, Albino do. Projeto de estudo da norma lingüística culta em algumas capitais do Brasil. *Littera*. Rio de Janeiro, Grifo, n. 3, ano I, 1971, p. 99.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Os estudos de português no Brasil. In: *Dispersos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística descritiva*. 6, ed. Petrópolis, Vozes, 1973.
- ELIA, Sílvio. Os estudos filológicos no Brasil. In: *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro, Grifo, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, 2000.
- KOERNER, Konrad. Persistent issues in linguistic historiography. In: KOERNER, Konrad (ed.). *Professing linguistic historiography*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1995.

- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. 22 ed. Rio de Janeiro, Paris, Francisco Alves & Cia, Aillaud & Cia., 1922.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. São Paulo, Editora da Unicamp, Pontes, 1997.
- NASCENTES, Antenor. A filologia portuguesa no Brasil. In: *Estudos filológicos*. 1939.
- OITICICA, José. *Manual de análise (léxica e sintática)*. 10 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1953.
- PEREIRA, Carlos de Assis. Uma carta de Mario Barreto ao Prof. Sousa da Silveira. *Alfa-Ômega*. Rio de Janeiro, n. 2, nov 1945, p. 9-12.
- REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza accomodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. 2 ed. revista, corrigida e anotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespucio dos Reis. São Luiz, Typ. de R. d' Almeida, 1871.
- RANAURO, Hilma. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil: Sílvio Elia e João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, FEUC, 1997.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra, sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro, Presença, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.